

Pioneiro

AO
TEU
LADO

Ano 74 - nº 14.385

CAXIAS DO SUL, 31 DE MARÇO DE 2022



PÁGINA CERTIFICADA

O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em pioneiro.com/publicidadelegal

Publicidade Legal

ANUNCIE AQUI

☎ (54) 3218-1234

✉ contato.comercial@gruporbs.com.br



A NAÇÃO BRASILEIRA
AD IMIGRANTE

Moneo Investimentos S.A.

CNPJ nº 07.125.291/0001-93 - NIRE nº 4330044718

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, esta Diretoria tem a honra de submeter a vossa apreciação e exame das Demonstrações Financeiras e relatório dos Auditores Independentes relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Caxias do Sul, 29 de março de 2022.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	909	900	Dividendos a pagar	9	1.963	1.411
Dividendos a receber	7	2.620	3.666	Outras contas a pagar		-	1
		3.529	4.566			1.963	1.412
Não circulante				Patrimônio líquido	9		
Imposto diferido		-	3	Capital social		150.000	150.000
Impostos a recuperar		47	53	Reservas de lucros		85.194	81.146
Investimentos	7	233.581	227.936			235.194	231.146
		233.628	227.992			237.157	232.558
Total do ativo		237.157	232.558	Total do passivo e patrimônio líquido		237.157	232.558

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Resultado de equivalência patrimonial		7	8.265
Resultado de equivalência patrimonial		7	8.265
Despesas operacionais		(30)	(30)
Despesas gerais e administrativas		(30)	(30)
Outras despesas operacionais		(2)	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		8.233	5.917
Resultado financeiro		10	37
Receitas financeiras		10	37
Despesas financeiras		(1)	(2)
Lucro antes do IR e da contribuição social		8.269	5.939
Imposto de renda e contribuição social		8	(1)
Corrente		8	(1)
Diferido		(2)	2
Lucro líquido do exercício		8.266	5.941
Lucro líquido por ação (expresso em R\$ por ação)		11	0,06
Básico e diluído		0,06	0,04

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		8.266	5.941
Lucro líquido do exercício		8.266	5.941
Ajustes		7	(8.265)
Resultado da equivalência patrimonial		7	(8.265)
Variações nos ativos e passivos		9	37
Variações em outros ativos e passivos		10	31
Caixa gerado pelas (utilizado nas) ativ. operac.		9	29
Impostos sobre o lucro pagos		(1)	(2)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		8	27
Fluxos de caixa das ativ. de investimento		7	3.666
Dividendos recebidos		7	3.666
Caixa liq. proven. das ativ. de invest.		3.666	5.297
Fluxos de caixa das ativ. de financ.		(3.666)	(5.297)
Dividendos pagos		(3.666)	(5.297)
Caixa liq. utiliz. nas ativ. de financ.		9	29
Aumento liq. de caixa e equival. de caixa		900	871
Caixa e equival. de caixa no início do exerc.		909	900
Caixa e equival. de caixa no final do exerc.		909	900

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Insumos adquir. de terc. (inclui ICMS e IPI)		(32)	(29)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(32)	(29)
Valor adicionado bruto		(32)	(29)
Valor adic. liq. produzido pela entidade		(32)	(29)
Valor adicionado recebido em transferência		8.302	5.970
Resultado de equivalência patrimonial		7	8.265
Receitas financeiras		10	37
Valor adicionado total a distribuir		8.270	5.941
Distribuição do valor adicionado		8.270	5.941
Impostos, taxas e contribuições		3	(1)
Federais		3	(1)
Remuneração de capitais de terceiros		1	1
Despesas financeiras		10	1
Lucro do exercício e dividendos		9	1.963
Dividendos		9	1.963
Lucro retido do exercício		6.303	4.530

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
sem valor nominal. b. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.		8.266	5.941
c. Reserva estatutária: Corresponde a 100% do saldo de lucros acumulados remanescentes após a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos obrigatórios, conforme artigo 27 do estatuto social. d. Dividendos: O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 197 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos foram calculados conforme segue:		3	(1)
Lucro líquido do exercício		8.266	5.941
Reserva legal (5%)		(413)	(297)
Base de cálculo de dividendos		7.853	5.644
Dividendo mínimo obrigatório (25%)		1.963	1.411
Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. 10 Resultado financeiro		2021	2020
Receitas financeiras		37	23
Rendas de aplicações financeiras		37	23
Despesas financeiras		(1)	(1)
Despesas bancárias		(1)	(1)
Resultado financeiro, líquido		36	22

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 2021 foram de R\$ 13,09. Em 2020 o dividendo mínimo foi de R\$ 9,41, e o dividendo adicional de R\$ 15,03 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. **10 Resultado financeiro**

Os dividendos por lote de mil ações do capital em 20

Marcopolo Trading S.A.

CNPJ nº 87.004.594/0001-97 - NIRE nº 43 3 0000270 5

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, esta Diretoria tem a honra de submeter a vossa apreciação e exame das Demonstrações Financeiras e relatório dos Auditores Independentes relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Caxias do Sul, 29 de março de 2022.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)				Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Circulante				Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.027	8.481	Fornecedores		2.934	756	Fluxos de caixa das ativ. operacionais			
Clientes	5	2.957	909	Impostos e contribuições a recolher		3	—	Lucro líquido (prejuízo) do exercício		488	(350)
Impostos a recuperar	7	615	590	Dividendos a pagar	11	116	—	Ajustes			
Outras contas a receber		140	—	Representantes comissionados		—	1.003	Amortizações	9	2	1
		11.739	9.980	Outras contas a pagar		18	—	Resultado da equivalência patrimonial	8	(1)	1
Não circulante						3.071	1.759	Variações nos ativos e passivos			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		108	179	Patrimônio líquido		11	—	(Aum.) red. em contas a receber de clientes		(2.048)	2.134
Propriedade para investimento		105	105	Capital social		5.000	5.000	(Aumento) redução em outros ativos		51	4.872
Intangível	9	2	3	Reservas de lucros		3.889	3.517	Aumento (redução) em adiantamento de clientes		—	(917)
Investimentos	8	6	9			8.889	8.517	Aum. (red.) em representantes comissionados		(1.003)	(710)
		221	296			11.960	10.276	Aumento (redução) fornecedores		2.178	—
Total do ativo		11.960	10.276	Total do passivo e patrimônio líquido		11.960	10.276	Aumento (redução) em outros passivos		21	82

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Total
		Reserva legal	Aumento de capital	Lucros acumulados	
Em 1º de janeiro de 2020	5.000	495	3.372	—	8.867
Prejuízo do exercício	—	—	—	(350)	(350)
Destinações	—	—	—	350	—
Absorção de prejuízo	—	—	—	—	—
Em 31 de dezembro de 2020	5.000	495	3.022	—	8.517
Lucro líquido do exercício	—	—	—	488	488
Destinações	—	—	—	—	—
Destinação do lucro	—	24	348	(372)	—
Divid. mínimo obrigatório (R\$ 23,20 por lote de mil ações)	—	—	—	(116)	(116)
Em 31 de dezembro de 2021	5.000	519	3.370	—	8.889

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Marcopolo Trading S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Seu principal controlador é a Marcopolo S.A.. A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços técnicos relacionados com o comércio exterior, realizando por conta própria ou de terceiros, exportações e importações, e a representação em operações de compra e venda de mercadorias, podendo participar em outras sociedades. A Companhia tem participação na empresa Ciferal Indústria de Ônibus Ltda. (Nota 7). As operações de compra e venda de mercadorias realizadas pela Companhia são feitas de forma complementar às atividades de sua controladora e companhias associadas e se referem à comercialização de ônibus prontos, em operações onde seja necessária a venda do carro completo, ou seja, com chassi e carroceria. As operações da Marcopolo Trading S.A. estão diretamente relacionadas às operações que lhe sejam destinadas pela controladora. A Companhia analisou e concluiu que a pandemia do Coronavírus não apresenta impacto nas demonstrações financeiras. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação: (a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações. A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de março de 2022. **(b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **(c) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. **(d) Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC - 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas e opcional para as demais, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar. **(e) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2. Políticas contábeis e divulgações:** As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL" - Fair Value Through Profit or Loss) e ao custo amortizado. **2.4.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração: (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes** - Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. **(b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e • os termos contratuais do ativo financeiro

dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **2.4.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração: (a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. **(b) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. **2.4.4. Redução ao valor recuperável (Impairment): (a) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; • mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou • dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **(b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(c) Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:** Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. **(d) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.4.5. Gestão de risco financeiro:** A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes e contas a pagar. Os valores conhecidos ou estimados dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020, registrados em contas patrimoniais, não apresentam valor de mercado significativamente diferente do reconhecido nas demonstrações financeiras, considerando instrumentos de mesma natureza, prazos e riscos semelhantes. **(a) Política de gestão de riscos financeiros** A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada

Operações

Receita líquida de vendas	12	3.922	—
Custo da mercadoria vendida		(3.876)	—
Lucro bruto		46	—
Despesas operacionais		—	(2)
Comerciais		—	(2)
Gerais e administrativas		(32)	(37)
Outras receitas operacionais, líquidas		77	34
Resultado de equivalência patrimonial		—	(1)
Resultado operacional		92	(6)
Receitas financeiras	13	610	2.126
Despesas financeiras	13	—	(2.649)
Resultado financeiro		610	(523)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		702	(529)
Imposto de renda e contribuição social		—	—
Corrente	10	(143)	—
Diferido	10	(71)	179
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		488	(350)
Lucro líq. (prej.) por ação (expres. em R\$ por ação)		488	(350)
Básico e diluído	14	0,10	(0,07)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	488	(350)
Resultado abrangente total	488	(350)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. **(b) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber de clientes. **(c) Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). **(d) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment. **2.7. Intangível: (a) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 anos. **2.8. Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento se refere a terreno, mensurado pelo método de custo e não depreciado. O valor justo do terreno foi estimado em R\$ 1.290 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.165 em 31 de dezembro de 2020). **2.9. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **2.10. Imposto de renda e contribuição social correntes:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, a posição assumida na apuração de imposto sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquido, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculadas com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. **2.11. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.12. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas. **2.13. Receitas finan-**

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das ativ. operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		488	(350)
Ajustes			
Amortizações	9	2	1
Resultado da equivalência patrimonial	8	(1)	1
Variações nos ativos e passivos			
(Aum.) red. em contas a receber de clientes		(2.048)	2.134
(Aumento) redução em outros ativos		51	4.872
Aumento (redução) em adiantamento de clientes		—	(917)
Aum. (red.) em representantes comissionados		(1.003)	(710)
Aumento (redução) fornecedores		2.178	—
Aumento (redução) em outros passivos		21	82
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(312)	4.913
Impostos sobre o lucro pagos		(143)	(146)
Caixa líq. proven. das ativ. operacionais		(455)	4.767
Fluxos de caixa das ativ. de financiam.			
Adições de intangível		1	—
Caixa líq. utilizado nas ativ. de invest.		1	—
Fluxos de caixa das ativ. de financiam.			
Pagamento de dividendos		—	(55)
Caixa líq. utilizado nas ativ. de financ.		—	(55)
Aum. (red.) de caixa e equivalentes de caixa		(454)	4.712
Caixa e equival. de caixa no início do exercício		8.481	3.769
Caixa e equival. de caixa no final do exercício		8.027	8.481

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Demonstrações do valor adicionado			
Receitas		4.011	—
Vendas de mercadorias	12	3.922	—
Outras receitas		89	—
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		—	—
Insumos adquir. de terceiros (inclui ICMS e IPI)		(3.910)	9
Custo das mercadorias vendidas		(3.876)	9
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(34)	—
Perda/recuperação de valores ativos		—	—
Valor adicionado bruto		101	9
Valor adicionado líquido produz. pela entidade		101	9
Valor adicionado recebido em transferência		611	2.125
Resultado de equivalência patrimonial	8	1	(1)
Receitas financeiras	13	610	2.126
Valor adicionado total a distribuir		712	2.135
Distribuição do valor adicionado		712	2.135
Impostos, taxas e contribuições		224	(165)
Federais		214	(174)
Municipais		10	9
Remuneração de capitais de terceiros		—	2.649
Despesas financeiras	13	—	2.649
Lucro líquido (prej.) do exerc. e dividendos		488	(350)
Dividendos	11	116	—
Lucro (prejuízo) retido do exercício		372	(350)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ceiras e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • receita e despesa de juros; • ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda; • ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro; • perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber); • ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado; e • reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica os juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia não possui estimativas e julgamentos contábeis críticos relevantes. **4. Caixa e equivalentes de caixa**

	2021	2020
Depósitos bancários à vista	229	95
Certific. de Dep. Bancários com liquidez imediata (*)	7.798	8.386
	8.027	8.481

(*) Corresponde a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxas de 98,00% do CDI em 31 de dezembro de 2021. **5. Contas a receber de clientes no exterior**

	2021	2020
Circulante		
Mercado externo	1.675	1.208
Partes relacionadas	1.283	—
Ajustes a valor presente	(1)	—
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	—	(299)
	2.957	909
	2021	2020
A vencer	1.674	—
Vencidos		
De 91 a 180 dias	—	—
Acima de 180 dias	1.283	1.208
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	—	(299)
	2.957	909

6. Partes Relacionadas: a. Remuneração do pessoal-chave da administração: A Companhia não possui administradores, o pessoal-chave da administração é remunerado pela Controladora Marcopolo S.A. e demais controladas.

CONTINUAÇÃO>>>		Marcopolo Trading S.A. CNPJ nº 87.004.594/0001-97 - NIRE nº 43 3 0000270 5		Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)	
	2021	2020			
	Marcas registradas e licenças	Marcas registradas e licenças			
	4	4			
	Amortização acumulada	(2)	(1)		
	Valor residual	2	3		
	10. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes				
	Conciliação	2021	2020		
	(Prejuízo) Lucro antes do IR e da contribuição social	702	(529)		
	Aliquota nominal %	34	34		
		(239)	180		
	Adições e exclusões permanentes				
	Outras adições (exclusões), líquidas	25	(1)		
		(214)	179		
	Imposto de renda e contribuição social				
	Corrente	(143)	-		
	Diferido	(71)	179		
		(214)	179		
	11. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é composto por 5.000.000 (em 31 de dezembro de 2020, o capital era composto por 5.000.000) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. b. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c. Reserva para futuro aumento de capital: Corresponde a 100% do saldo de lucros acumulados remanescentes após a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, conforme artigo 21 do estatuto social. d. Dividendos: A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:				
		2021	2020		
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	488	(350)		
	Reserva legal (5%)	(24)	-		
	Base de cálculo dos dividendos	464	(350)		
	Dividendo mínimo obrigatório (25%)	116	-		
	12. Receita: Ajuste a valor presente				
		2021	2020		
	Varição cambial	-	(1.584)		
		-	(2.649)		
	Resultado financeiro, líquido	610	(523)		
	13. Resultado financeiro				
		2021	2020		
	Receitas financeiras				
	Juros e variações monetárias recebidos	24	61		
	Ajuste a valor presente	16	-		
	Varição cambial	251	1.941		
	Rendas de aplicações financeiras	319	124		
		610	2.126		
	Despesas financeiras				
	Juros sobre empréstimos e outros	-	(1.065)		
	14. Lucro (Prejuízo) por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações. Durante o exercício a Companhia não adquiriu ações próprias, bem como não mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação não apresenta efeito de diluição devido a não possuir opções de compra de ações.				
		2021	2020		
	Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas	488	(350)		
	Quantidade média de ações (milhares)	5.000	5.000		
	Lucro (prejuízo) por ação	0,10	(0,07)		
	Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras				
	Aos Administradores e Acionistas Marcopolo Trading S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Marcopolo Trading S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marcopolo Trading S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 29 de março de 2022				
		PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5			Carlos Alexandre Peres Contador CRC 1SP198156/O-7
		Diretoria			Contador
		José Antonio Valiati - Diretor		Andre Vidal Armaganjan - Diretor	Leandro Antonio Basso - CRC - RS 59.513/O-4



**PÁGINA
CERTIFICADA**

O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em pioneiro.com/publicidadelegal

Brinox Metalúrgica S.A.
CNPJ 92.038.108/0001-91 - NIRE 43300053377

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à V.Sas. as demonstrações financeiras da Brinox Metalúrgica S.A., do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Caxias do Sul, 29 de março de 2022. **A Diretoria.**

Relatório da Diretoria

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo				
Circulante				
Caixa e equiv. de caixa	5	69.374	57.806	69.398
Aplicação financeira		1.214	12.738	1.214
Contas a rec. de clientes	6	109.582	110.395	113.885
Estoques	7	196.756	110.704	198.933
Impostos a recuperar	8	36.585	35.357	36.585
Despesas antecipadas		319	229	319
Outros créditos		8.405	1.197	8.405
Total do ativo circulante		422.235	328.426	428.739
Não circulante				
Aplicação financeira		15.749	-	15.749
Depósitos judiciais		433	371	433
Contas a rec. de clientes	6	-	403	-
Investimentos	11	12.753	745	4
Imobilizado	10	109.409	77.410	109.409
Intangíveis	12	27.020	27.223	27.020
Direito de uso	13	80.599	24.924	80.599
Total do ativo não circul.		245.963	131.076	233.214
Total do ativo		668.198	459.502	661.953

Demonstrações dos resultados Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto resultado por ação)				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita líquida	20	417.928	310.758	480.625
Custo das vendas	21	(259.578)	(179.213)	(310.056)
Lucro bruto		158.350	131.545	170.569
Rec. (desp.) oper.				
Desp. de vendas	21	(93.909)	(75.780)	(93.909)
Desp. administr.	21	(28.688)	(19.240)	(28.908)
Outras rec. operac., liquidas	21	4.883	5.516	4.767
Res. de equiv. patrimonial	11	11.882	75	-
Lucro antes do resultado financ.		52.518	42.116	52.519
Res. financeiro				
Rec. financeiras	22	11.963	20.477	14.999
Desp. financeiras	22	(36.379)	(25.221)	(39.416)
Res. financeiro		(24.416)	(4.744)	(24.417)
Resultado antes dos impostos		28.102	37.372	28.102
Imposto de renda e contrib. social				
Corrente e diferido	9	(3.100)	(2.500)	(3.100)
Lucro líq. do exerc.		25.002	34.872	25.002
Res. por ação		0,30	0,41	0,30

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do IR e da CS	28.102	37.372	28.102	37.372
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais				
Deprec. e amortizações	9.356	7.880	9.356	7.880
AVP arrendamento	4.681	1.451	4.681	1.451
Amortizações direto de uso	7.759	10.020	7.759	10.020
Prov. (reversão) para giro lento de estoque	448	748	448	748
Prov. (reversão) créditos de liquidação duvidosa	(1.076)	1.858	(1.076)	1.858
Provisão (reversão) contingências judiciais	91	14	91	14
Juros/atualização de financiamentos	16.096	12.987	16.096	12.987
Instrum. financ. derivativos	-	-	-	-
Ajuste a valor presente	4.159	(525)	4.159	(525)
Baixas de bens do ativo imobilizado	145	59	145	59
Resultado de equivalência	(11.882)	(75)	-	-
Crédito tributário oriundo de ação judicial	(1.936)	(30.918)	(1.936)	(30.918)
Var. em ativos e passivos				
Contas a rec. de clientes	1.051	(20.523)	(3.193)	(20.582)
Estoques	(88.382)	(32.142)	(67.665)	(54.984)
Impostos a recuperar	709	5.480	709	5.487
Outros ativos	(7.360)	(280)	(7.360)	(327)
Partes Relacionadas	16.237	-	-	-
Fornecedores	20.161	32.684	8.589	50.761
Salários e encargos	5.987	(2.825)	5.987	(2.825)
Imp. e contrib. a recolher	(407)	1.926	(389)	1.946
Outros passivos	(3.707)	5.695	(7.246)	12.560
Disponib. liq. ger. pelas atividades operacionais	232	30.886	(2.743)	32.982
Fluxo de caixa utilizado nas ativ. de investimentos				
Aplicação Financeira	(4.225)	(6.360)	(4.225)	(6.360)
Recebimento pela venda de imobilizado	6	19	6	19
Compras de imobilizado e aplic. no intangível	(41.304)	(17.142)	(41.304)	(17.142)
Disponibil. líquidas aplicadas nas ativ. de investim.	(45.523)	(23.483)	(45.523)	(23.483)
Fluxo de caixa provien. das ativ. de financ.				
Capt. de emprést. e financ.	135.103	166.113	135.103	166.113
Pagamento arrendamento	(13.998)	(9.769)	(13.998)	(9.769)
Amortização de emprést. e financiamentos	(64.246)	(124.411)	(64.246)	(124.411)
Disponibil. líquidas geradas pelas (aplic.) nas ativ. de financiamento	56.859	31.933	56.859	31.933
Aumento ou diminuição no saldo de caixa e equival.	11.568	39.336	8.593	41.432
Demonstração da variação do caixa e equivalentes no início do exercício	57.806	18.470	60.805	19.373
Caixa e equivalentes no final do exercício	69.374	57.806	69.398	60.805
Aum. (redução) do caixa e equivalente de caixa	11.568	39.336	8.593	41.432

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros						
	Capital Social	Reserva para Investimentos	Reserva de subvenção	Reserva Legal	Ajuste Acumul. de conversão	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	84.230	51.954	-	3.787	-	-	139.971
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	34.872	34.872
Reserva legal	-	-	-	1.290	-	(1.290)	-
Retenção de lucros	-	24.510	-	-	-	(24.510)	-
Constit. res. de subvenção para investimentos	-	-	9.072	-	-	(9.072)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	77	-	77
Saldos em 31 de dezembro de 2020	84.230	76.464	9.072	5.077	77	-	174.920
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	25.002	25.002
Reserva legal	-	-	-	339	-	(339)	-
Retenção de lucros	-	6.449	-	-	-	(6.449)	-
Constit. res. de subvenção para investimentos	-	-	18.214	-	-	(18.214)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	126	-	126
Saldos em 31 de dezembro de 2021	84.230	82.913	27.286	5.416	203	-	200.048

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	25.002	34.872	25.002	34.872
Outros result. abrang. a serem classificados para resultado do exercício em exercícios subsequentes:	126	77	126	77
Total de result. abrang. do período	25.128	34.949	25.128	34.949

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Brinox Metalúrgica S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado da Companhia é Rodovia Estadual RS 453, Km 80, nº 32.503, Bairro Nossa Senhora da Saúde, Caxias do Sul, Brasil. A Companhia tem por objeto social, indústria, comércio varejista, atacadista e eletrônico, importação e exportação de utilidades domésticas, faqueiros, peças de cutelaria, painéis, tesouras, lixeiras, acessórios para banheiro, cubas, pias, lavatórios, móveis e artigos de decoração em aço inoxidável, latão, alumínio, alpaca, ferro, plástico, acrílico, madeira, vidro, melamina, porcelana, cerâmica e demais matérias primas disponíveis no mercado. **Efeitos da COVID-19 nas demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia vem acompanhando as questões relacionadas a pandemia do Coronavírus (COVID-19) e tem tomado ações no sentido de preservar seus colaboradores e a continuidade operacional de seus negócios. Em face ao novo cenário causado pelo COVID-19, a Companhia e suas filiais adotaram medidas de prevenção e cuidado com seus profissionais, e mantiveram suas instalações de produção e distribuição operando sem interrupções significativas, aderiram a políticas do Governo com relação a suspensão de contratos de trabalho relacionados a pessoas do grupo de risco e realizaram adequações em turnos em seu quadro de funcionários. O cenário de pandemia global incorporou incertezas à operacionalização de diversos modelos de negócio, e o fortalecimento das vendas através de canais e-commerce e site da loja possibilitou que a Companhia continuasse crescendo em relação ao período pré-pandemia de Coronavírus (COVID-19). A Companhia realizou a avaliação dos impactos da COVID-19 em suas operações, sem identificar aumento significativo no risco de crédito de contas a receber de clientes que pudesse impactar na reavaliação de suas premissas de provisão. No que tange ao *impairment* de seus ativos, a Companhia também não identificou impacto adverso relevante em suas disponibilidades, estoques e ativos permanentes, que pudessem impactar na realização dos mesmos. **2. Sumário das políticas contábeis:** **2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da legislação societária e pela edição de pronunciamentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia revisou e adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que são efetivas para as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um exercício não superior a um ano. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para a determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios. A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada em reunião de diretoria realizada em 29 de março de 2022. **2.2. Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado. **2.3. Demonstrações financeiras consolidadas:** A Companhia é controlada pela empresa Rio Jari Participações S/A, e é controladora direta da empresa Roceral S/A, localizada no Uruguai, demonstração financeira consolidada é composta pela demonstração financeira da Companhia, da controlada direta Roceral

S.A., conforme apresentado a seguir:

Razão social	País	Relação	Percentual de participação	
			31/12/2021	31/12/2020
Roceral S.A.	Uruguai	Direta	100%	100%

2.4. Reconhecimento de receita: O CPC 47 - Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: (i) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A determinação do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Venda de produtos:** A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. **Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". **2.6. Estoques:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. **Matérias-primas e material de uso e consumo** - custo de aquisição segundo o custo médio. **Produtos acabados e em elaboração** - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração. **2.7. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia, que não aumentem a vida útil do imobilizado, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas que levam em consideração a vida útil remanescente dos bens, conforme descrito abaixo:

Computadores e softwares	5 - 16 anos
Máquinas e equipamentos	5 - 27 anos
Móveis e utensílios	4 - 30 anos
Moldes e matrizes	10 - 20 anos
Instalações e benfeitorias	10 - 30 anos
Veículos	5 - 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. **2.9. Provisões:** **Geral:** As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **2.10. Tributação:** **Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: - Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; - Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e - O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.11. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. **2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias: (1) Instrumentos financeiros ao custo amortizado; (2) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e (3) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros ao custo amortizado. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e derivativos. Esses passivos foram classificados nas categorias de passivos financeiros a valor justo por meio de resultado. **Mensuração subsequente:** Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de hedge. Para os instrumentos derivati-

vos, o valor justo é determinado na data em que um contrato de derivativo é celebrado e, subsequentemente, remensurado ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção "Hedge", esta não adota a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção "hedge accounting". **2.13. Subvenções:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: **Provisões para litígios:** a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Outros itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; as taxas e prazos aplicados na determinação dos ajustes a valor presente de certos ativos e passivos, incluindo arrendamentos; além das análises de sensibilidade de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **4. Demonstrações contábeis completas:** As demonstrações contábeis completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://grupobrinox.com.br/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 29 de março de 2022, sem ressalvas.

Diretoria		Conselho da Administração		Contadora	
Christian Emilio Hatenstein	Ricardo Herber	Gustavo Pereira de Freitas Santos (Presidente), Sebastian Agustin Villa (Vice-Presidente),		Elizângela F. da Silva Dutra	
Márcio Rossi	Gustavo Spadari Pretto	Julio Moura Neto, e Raúl Francisco Sotomayor Valenzuela		CRC/RS 078257/O-5 - CPF: 805.582.670-68	

TONDO S.A.				Relatório da Administração			
CNPJ 88.618.285/0001-70 - NIRE 43 3 0001226 3				Senhores Acionistas: Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas dos valores correspondentes ao exercício anterior e do Relatório do Auditor Independente. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos. Caxias do Sul, 22 de março de 2022. A Diretoria			
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de reais)				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante		346.162	213.032	Circulante		120.357	68.804
Caixa e equivalentes de caixa	3	68.048	35.434	Fornecedores		61.534	18.560
Contas a receber de clientes	4	108.534	89.289	Empréstimos e financiamentos	11	36.201	29.212
Estoques	5	133.798	82.746	Tributos a recolher	12	5.701	4.734
Tributos a recuperar	6	34.805	4.927	Salários e provisões com pessoal		6.601	8.355
Outros ativos		977	636	Partes relacionadas	14	5.000	4.000
Não circulante		114.263	118.744	Outras contas a pagar		5.320	3.943
Tributos a recuperar	6	1.213	1.426	Não circulante		113.311	115.614
Depósitos judiciais	13	234	251	Empréstimos e financiamentos	11	49.632	51.992
Adiantam. p/ futuro aum. de capital	7	-	2.956	Provisão para contingências	13	4.239	1.641
Investimentos	8	3.719	538	Partes relacionadas	14	59.440	61.981
Imobilizado	9	96.626	100.926	Patrimônio líquido		226.757	147.358
Intangível	10	12.471	12.647	Capital social		48.000	48.000
Total do ativo		460.425	331.776	Reservas de lucros		178.757	99.358
				Total do passivo e patrimônio líquido		460.425	331.776

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
1. Contexto operacional: A Tondo S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Caxias do Sul (RS). A Companhia tem como atividades preponderantes a industrialização e comercialização de produtos alimentícios derivados da moagem do trigo, destacadamente farinha/farelo, misturas para pães e bolos, massas alimentícias e biscoitos. A Companhia opera com unidades fabris em Caxias do Sul e Bento Gonçalves (RS), e Centros de Distribuição em Garibaldi e Canoas (RS), Tijucas (SC), Curitiba (PR), e Guarulhos (SP). Covid 19: A Administração entende que não houve efeitos negativos significativos em seu faturamento, expectativas orçamentárias e situação financeira. 2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 2.1. Base de preparação e apresentação: As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, e outros ativos e passivos financeiros, são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em qualquer período futuro afetado. As demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Administradores em 22 de março de 2022. 2.2. Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. (b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensurados ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. 2.3. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem o caixa, saldos bancários e outros investimentos de curto prazo que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e com um risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de valores de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. 2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia em 31 de dezembro não possui derivativos. Entretanto se eventualmente contratados, são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. 2.5. Contas a receber de clientes: Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes estão apresentadas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia. As contas a receber não foram ajustadas a valor presente, por entender a Administração da Companhia que o cálculo desse procedimento demonstrou causar um efeito irrelevante. O risco de crédito de contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. A provisão para perdas estimadas com créditos é fundamentada em análise dos créditos pela Administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. 2.6. Estoques: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O custo dos produtos industrializados, acabados e dos produtos em processo compreende matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. 2.7. Imposto de renda e contribuição social: O IRPJ e CSLL são calculados com base na legislação em vigor, e são apresentados líquidos, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os valores antecipadamente pagos excedem o total devido, sendo calculados com base no lucro tributável, às alíquotas vigentes de 15% (acrescida de adicional de 10%), para o IRPJ, e de 9% para a CSLL. 2.8. Investimentos: Os investimentos sobre os quais a Companhia possui influência significativa são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. 2.9. Imobilizado: O ativo imobilizado compreende, principalmente, imóveis, máquinas, e equipamentos. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear sobre o custo de aquisição ou fabricação, levando-se em consideração a estimativa da vida útil de cada bem. 2.10. Intangível: O intangível compreende, basicamente, sistemas de informática e marcas e patentes. O intangível é mensurado pelo seu custo de aquisição, construção ou formação. As amortizações são calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição ou construção, com base em taxas calculadas a partir da vida útil econômica estimada dos mesmos. 2.11. Outros ativos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores de custo ou de reavaliação, atualizados de acordo com disposições legais e acrescidos, quando aplicável, de rendimentos auferidos até a data do balanço. Se o prazo de realização dos ativos for equivalente a um ano ou menos, são classificados no ativo circulante. Caso contrário, são classificados no ativo não circulante. 2.12. Fornecedores: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.13. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. 2.14. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. 2.15. Reconhecimento da receita: A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão. As receitas são atualmente reconhecidas quando os produtos são entregues ao cliente, sendo que a obrigação de desempenho é cumprida nesse momento. 2.16. Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. 2.17. Novos pronunciamentos: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis combinadas do Grupo: • Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS; • Definição de um negócio (alterações a NBC TG 15/IFRS 3); • Definição de materialidade (emendas a NBC TG 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); e • IFRS 17 Contratos de Seguros.			

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida		851.054	728.291
Custo dos produtos vendidos		(685.232)	(544.366)
Lucro bruto		165.822	183.925
Receitas (despesas) operacionais		(124.027)	(135.867)
Desp. administrativas	19	(128.116)	(122.536)
Outras receitas (desp.) operacionais	20	(9.054)	(9.351)
Lucro antes da equív. patrimonial		41.795	48.058
Resultado da equív. patrimonial		231	(298)
Lucro antes do result. financeiro		42.026	47.760
Resultado financeiro		17.270	(5.561)
Despesas financeiras	21	(9.208)	(6.589)
Receitas financeiras	21	26.457	940
Variações cambiais (líquidas)	21	21	88
Lucro antes do IRPJ e CSLL		59.296	42.199
Imposto de renda e contrib. social		27.125	(2.234)
Lucro líquido do exercício		86.421	39.965
Lucro por ação do capital - Em R\$ 1		5,0473	2,33427

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	2021	2020	
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	86.421	39.965	
Ajustes:			
Depreciação e amortização	22.190	24.983	
Provisão p/ créditos de liquidaç. duvidosa	(4)	37	
Provisão para contingências	2.598	(5.302)	
Investim./imobilizado/intangível baixados	72	23	
Equivalência patrimonial	(231)	298	
Juros de empréstimos e financiamentos	6.041	4.225	
Juros de mútuo c/ partes relacionadas	2.928	1.834	
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber de clientes	(19.241)	(5.752)	
Estoques	(51.051)	(21.928)	
Tributos a recuperar	(29.666)	1.219	
Depósitos judiciais	17	4.112	
Outros ativos	(341)	7	
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores	42.974	(1.552)	
Tributos a recolher	967	(6)	
Salários e provisões com pessoal	(1.754)	849	
Outros passivos	1.378	1.980	
Caixa líq. das ativ. operacionais	63.298	44.989	
Atividades de investimento			
Adiantam. para futuro aumento de capital	6	(274)	
Aquisições de invest./imobilizado/intang.	(17.786)	(26.810)	
Caixa líq. das ativ. de investimento	(17.780)	(27.084)	
Atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiam.	28.914	30.274	
Pagamento de empréstimos e financiam.	(30.325)	(28.256)	
Pagamento partes relacionadas - mútuo	(10.000)	(5.866)	
Pagamento partes relacionadas - outros	(1.493)	(4.899)	
Caixa líq. das ativ. de financiamento	(12.904)	(4.337)	
Aumento (redução) do caixa/equív.caixa	32.614	13.568	
Demonstração da variação nos saldos			
Saldo no início do exercício	35.434	21.866	
Saldo no final do exercício	68.048	35.434	
Aumento (redução) do caixa/equív.caixa	32.614	13.568	

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	2021	2020	
18. Receita operacional líquida			
18.1. Receita bruta			
Vendas no mercado interno	950.419	809.228	
Vendas no mercado externo	1.439	1.401	
Total	951.858	810.629	
18.2. Deduções da receita bruta			
Devoluções de vendas	(12.234)	(10.070)	
Impostos incidentes sobre vendas	(88.570)	(72.268)	
Total	(100.804)	(82.338)	
18.3. Receita operacional líquida	851.054	728.291	
19. Custos e despesas operacionais			
19.1. Por natureza			
Matérias primas, embalagens e insumos	(590.850)	(455.364)	
Pessoal e administradores	(62.229)	(57.376)	
Depreciação	(22.191)	(24.983)	
Energia e gás industrial	(17.939)	(14.980)	
Fretes e Comissões	(71.173)	(72.534)	
Outros custos e despesas	(58.200)	(50.016)	
Total	(822.402)	(675.253)	
19.2. Por função			
Custo dos produtos vendidos	(685.232)	(544.366)	
Despesas com vendas	(128.116)	(122.536)	
Despesas administrativas	(9.054)	(8.351)	
Total	(822.402)	(675.253)	
20. Outras receitas e desp. operacionais: Em 2021 foi reconhecido no resultado o valor de R\$ 15.789, decorrente de ganho judicial transitado em julgamento que buscou a exclusão do ICMS da base do Pis e Cofins. 21. Resultado Financeiro			
21.1. Despesas financeiras			
Juros de empréstimos e financiamentos	(6.040)	(4.225)	
Juros de mútuo com partes relacionadas	(2.930)	(1.834)	
Outras despesas financeiras	(238)	(530)	
Total	(9.208)	(6.589)	
21.2. Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicac. financeiras	2.796	571	
Juros e descontos financ. de dupls	302	311	
Outras receitas financeiras (*)	23.359	58	
Total	26.457	940	
21.3. Variação cambial líquida			
Variação cambial passiva	-	-	
Variação cambial ativa	21	88	
Total	21	88	
21.4. Resultado financeiro total	17.270	(5.561)	
(*) Em 2021, do total de "outras receitas financeiras", R\$ 23.306 refere-se a atualização de ganhos judiciais (exclusão do ICMS da base do Pis/Cofins e exclusão do crédito presumido de ICMS da base do IRPJ/CSLL) 22. Despesa de IRPJ e CSLL - Conciliação			
22.1. Imposto de Renda			
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	59.296	42.199	
IRPJ à alíquota fiscal de 25%	(14.800)	(10.526)	
Exclusão juros sobre o capital próprio	1.756	357	
Exclusão subv. para investim. (LC 160/2017)	7.746	7.124	
Outras exclusões ou (adições)	(1.008)	510	
Comp. prejuízo fiscal (base calc. negat. IRPJ)	1.899	768	
Abatim. de incentivos com ded. direta do IRPJ	245	120	
IRPJ lançado no resultado	(4.162)	(1.647)	
Alíquota efetiva	7,02%	3,90%	
22.2. Contribuição social			
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	59.296	42.199	
CSLL à alíquota fiscal de 9%	(5.337)	(3.798)	
Exclusão juros sobre o capital próprio	632	128	
Exclusão subv. para investim. (LC 160/2017)	2.789	2.565	
Outras exclusões ou (adições)	(260)	286	
Compensac. prel. fiscal (base calc. negat. CSLL)	683	252	
CSLL lançada no resultado	(1.593)	(587)	
Alíquota efetiva	2,69%	1,39%	
22.3. Total de despesa de IRPJ e CSLL	2021	2020	
IRPJ e CSLL lançados no resultado	(5.755)	(2.234)	
Alíquota efetiva	9,71%	5,29%	
Reversão de IRPJ e CSLL (*)	32.880	-	
IRPJ/CSLL ajustados lançados no resultado	27.125	(2.234)	
(*) Em 2021 a Companhia constituiu reversão de IRPJ e CSLL em virtude do ganho judicial que reconheceu a exclusão do crédito presumido de ICMS da base destes tributos			

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	2021	2020	
23. Total de despesa de IRPJ e CSLL			
IRPJ e CSLL lançados no resultado	(5.755)	(2.234)	
Alíquota efetiva	9,71%	5,29%	
Reversão de IRPJ e CSLL (*)	32.880	-	
IRPJ/CSLL ajustados lançados no resultado	27.125	(2.234)	
(*) Em 2021 a Companhia constituiu reversão de IRPJ e CSLL em virtude do ganho judicial que reconheceu a exclusão do crédito presumido de ICMS da base destes tributos			

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	2021	2020	
24. Outras receitas e desp. operacionais: Em 2021 foi reconhecido no resultado o valor de R\$ 15.789, decorrente de ganho judicial transitado em julgamento que buscou a exclusão do ICMS da base do Pis e Cofins. 25. Resultado Financeiro			
25.1. Despesas financeiras			
Juros de empréstimos e financiamentos	(6.040)	(4.225)	
Juros de mútuo com partes relacionadas	(2.930)	(1.834)	
Outras despesas financeiras	(238)	(530)	
Total	(9.208)	(6.589)	
25.2. Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicac. financeiras	2.796	571	
Juros e descontos financ. de dupls	302	311	
Outras receitas financeiras (*)	23.359	58	
Total	26.457	940	
25.3. Variação cambial líquida			
Variação cambial passiva	-	-	
Variação cambial ativa	21	88	
Total	21	88	
25.4. Resultado financeiro total	17.270	(5.561)	
(*) Em 2021, do total de "outras receitas financeiras", R\$ 23.306 refere-se a atualização de ganhos judiciais (exclusão do ICMS da base do Pis/Cofins e exclusão do crédito presumido de ICMS da base do IRPJ/CSLL) 26. Despesa de IRPJ e CSLL - Conciliação			
26.1. Imposto de Renda			
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	59.296	42.199	
IRPJ à alíquota fiscal de 25%	(14.800)	(10.526)	
Exclusão juros sobre o capital próprio	1.7		

	TONDO S.A. CNPJ 88.618.285/0001-70 - NIRE 43 3 0001226 3	
continuação	Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis	
<p>Aos administradores e acionistas da Tondo S.A. - Caxias do Sul - RS.</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Tondo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tondo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apro-</p>	<p>priada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com</p>	<p>as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. <p>Porto Alegre, 22 de março de 2022.</p> <p>Romeu Sabino da Silva CT CRC 1RS-071.263/O-0 Grant Thornton Auditores Independentes CRC 2SP-025.583/O-1</p> 



PÁGINA CERTIFICADA

O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em pioneiro.com/publicidadelegal